

## ANEXO X - DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE IMÓVEL

Eu, \_\_\_\_\_,  
brasileiro/a, estado civil \_\_\_\_\_, residente na cidade de \_\_\_\_\_,  
Estado/UF: \_\_\_\_\_, na Rua: \_\_\_\_\_,  
nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, portador/a da Cédula de  
Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo Órgão: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, inscrito/a no  
CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARO, para servir de documento junto à **Comissão  
Gestora de Bolsas**, a instruir **Processo de Concessão de Bolsas de Estudo Assistenciais  
para 2021**, ao/à aluno/a \_\_\_\_\_, matriculado/a no  
Colégio dos Santos Anjos de Varginha/MG, que o imóvel localizado na Rua:  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_,  
Estado/UF: \_\_\_\_\_ é:

( ) **cedido**

( ) **alugado informalmente**, sem contrato de aluguel

( ) outro motivo: \_\_\_\_\_

em meu favor.

DECLARO, ainda, que estou ciente que a inexatidão das informações  
prestadas, além de me obrigar à devolução da importância dada como bolsa, me sujeitará às  
penalidades previstas no parágrafo 3º do artigo 15, da Lei 12.101/2009\*, e artigos 171 e 299,  
ambos do Código Penal\*\*.

Por ser verdade, firmo a presente declaração em uma única via, para que  
produza todos os seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
**DECLARANTE**

### Testemunhas:

1 – Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade (RG) e CPF: \_\_\_\_\_

2 – Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade (RG) e CPF: \_\_\_\_\_

### **OBSERVAÇÕES:**

1. Anexar cópia do RG e CPF das testemunhas, que não podem ser da mesma família do/a declarante.

**\*\*Art. 15 - (...)** § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas.

§ 2º Compete à entidade de educação aferir as informações relativas ao perfil socioeconômico do candidato.

§ 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis."

\*\* "Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento"

\*\*\* "Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante".